



ATOS DA PROFISSÃO DE ENGENHEIRO

Nos termos do **artigo 7.º-A do Estatuto da Ordem dos Engenheiros**:

“Artigo 7.º -A

Atos da profissão de engenheiro

1 — São atos próprios dos engenheiros aqueles que estejam expressamente consagrados na lei como lhes estando exclusivamente reservados.

2 — O disposto no número anterior não prejudica o exercício dos atos nele previstos por pessoas não inscritas na Ordem, desde que legalmente autorizadas para o efeito.

3 — A Ordem deve manter atualizada e disponível através do seu sítio na Internet a identificação dos atos legislativos que consagram os atos próprios.”

Elencam-se os atos legislativos que consagram atos dos Engenheiros:

DIPLOMAS LEGAIS QUE CONSAGRAM ATOS PRÓPRIOS DOS ENGENHEIROS

- [Estatuto da Ordem dos Engenheiros | DR](#) (Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 123/2015, de 2 de setembro e pela Lei n.º 11/2024, de 19 de janeiro, que altera a Lei n.º 123/2015, de 02 de setembro)
- [Lei n.º 31/2009, de 03 de julho](#) (alterada pela Lei n.º 40/2015, de 01 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho) - Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- [Lei nº 41/2015, de 03 de junho](#) (alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho) - Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro
- [Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro](#) (atual redação em vigor decorrente do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08 de janeiro que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria (SIMPLEX) – Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE)
- [Decreto-Lei n.º 379/80, de 16 de setembro](#) (alterado [pelo Decreto-Lei n.º 98/2001, de 28 de março](#)) - Estabelece disposições relativas ao estabelecimento e à exploração das instalações eléctricas das embarcações



- [Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 06 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho) - Aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios
- [Decreto-Lei nº 152/2005, de 31 de agosto](#) (alterado pelo Decreto-Lei nº 35/ 2008, de 27 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio) - Regulamenta as operações de recuperação para reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono contidas em equipamentos de refrigeração e de ar condicionado, bombas de calor, sistemas de protecção contra incêndios e extintores e equipamentos que contenham solventes, bem como as operações de manutenção e de assistência desses mesmos equipamentos, incluindo a detecção de eventuais fugas das referidas substâncias
- [Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro](#) (alterado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto) - Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o Regime Legal da Poluição Sonora
- [Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro) - Estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
- [Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro](#) (alterado pela Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro, pela Portaria n.º 135/2020, de 02 de junho e pelo Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho) – Aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- [Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho - Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas
- [Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro](#) - Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os Decretos-Leis n.ºs 156/2006, de 8 de agosto, e 161/2006, de 8 de agosto
- [Lei nº 7/2013, de 22 de janeiro](#) - Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril
- [Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto](#) - Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno



- [Lei n.º 3/2015, de 09 de janeiro](#) (alterada pelo Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 agosto) - Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno
- [Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro](#) – Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno
- [Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro](#) – Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro
- [Decreto-Lei n.º 131/2019, de 30 de agosto](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro) - Aprova o Regulamento de Instalação e de Funcionamento de Recipientes sob Pressão Simples e de Equipamentos sob Pressão
- [Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro) - Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944
- [Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro](#) - Estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios
- [Portaria n.º 28/2022, de 10 de janeiro](#) - Regulamenta o conteúdo e os critérios de avaliação dos exames a realizar para acesso e exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética
- [Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto](#) - Aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
- [Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro](#) – Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril
- [Portaria n.º 71-B/2024, de 27 de fevereiro](#) - Aprova os modelos de utilização obrigatória de licença, de resposta à comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

DIPLOMAS QUE CONSAGRAM ATOS GERAIS DOS ENGENHEIROS

- [Regulamento n.º 64/2025 | DR](#) - Regulamento de Atos e Competências dos Engenheiros
- [Regulamento n.º 1006/2024 | DR](#) - Regulamento de Admissão e Qualificação
- [Regulamento n.º 1005/2024 | DR](#) - Regulamento do Primeiro Ano como Membro Efetivo
- [Regulamento n.º 1008/2024 | DR](#) - Regulamento de Especialidades
- [Regulamento n.º 991/2024 | DR](#) - Regulamento das Especializações